



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Em 04 de junho de 2019.

**OFÍCIO GP N° 347/2019**

Excelentíssimo Senhor

**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**

Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande

**PRAIA GRANDE - SP**

*Recebido  
Em 09/06/2019*

**Manoel Roberto do Carmo**

**Diretor Legislativo**

Senhor Presidente,

Encaminho a essa Colenda Câmara, em devolução, o Autógrafo de Lei 14/19 relativo ao Projeto de Lei 28/19 o qual contem o **VETO PARCIAL** aos artigos 4° e 5°, em razão da sua inconstitucionalidade por violação aos princípios da legalidade e da separação dos poderes, ante as razões abaixo declinadas.

O Artigo 4° do projeto não está adequado com os princípios constitucionais da legalidade (artigos 2° da Constituição Federal CF/88 e artigo 49, inciso III da Lei 681/90 Lei Orgânica da Estância Balneária de Praia Grande).

O referido artigo está versando sobre dispositivo que determina penalidade para a infração, trazendo a previsão de multa que é matéria tributária e orçamentária de competência privativa do Executivo.

O artigo 5° por sua vez afronta o princípio da separação dos poderes quando fixa prazo para regulamentação, visto que a regulamentação de Lei insere-se na competência privativa do Poder Executivo.

Aproveito a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente,

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**Prefeito**